

Congresso ignora plano de FHC

Alan Marques

MEMÉLIA MOREIRA

O Congresso Nacional foi o grande ausente no lançamento do Plano Nacional dos Direitos Humanos, ontem, no Palácio do Planalto. Nem mesmo os líderes dos partidos aliados do Governo compareceram à solenidade acompanhada atentamente por representantes das embaixadas dos países do Primeiro Mundo e dos organismos internacionais de defesa dos Direitos Humanos, entre eles, da Anistia Internacional. Apenas cinco parlamentares prestigiaram a apresentação do plano, cujas medidas dependem, em sua grande maioria, da aprovação do Congresso: Hélio Bicudo (SP) e Nilmário Miranda (MG), do PT, Sarney Filho (PFL-MA), Aloísio Ferreira Nunes (PMDB-SP) e o senador Beni Veras (PSDB-CE).

A ausência foi considerada "preocupante" pelo deputado Nilmário Miranda. Ele alertou para a responsabilidade do Congresso que vai votar os pontos mais importantes do plano, entre eles a transferência para a justiça federal dos processos e julgamentos dos crimes contra os direitos humanos.

Mesmo crimes comuns dependem exclusivamente de leis e emendas constitucionais que devem ser votados no Congresso. Esta medida foi considerada "fundamental" pelo representante da Anistia Internacio-

nal no Brasil, Ricardo Balestreri. Incluído no plano do Governo, o projeto do deputado Hélio Bicudo transferindo para a justiça comum os crimes praticados por militares foi modificado no Senado.

Indiretamente, Fernando Henrique Cardoso criticou a ausência dos congressistas ao dizer, no seu discurso, que o plano não é uma obra exclusiva do Governo mas um trabalho "de todos nós". No discurso, o Presidente queixou-se também das dificuldades e até da impotência governamental em superar as dificuldades contra a impunidade.

Impunidade — Fernando Henrique, referindo-se à impunidade, disse que o Governo reconhece todos os massacres e violências, mas "em certos momentos somos paralisados pela incapacidade de resolvê-los. Não por falta de vontade, como dizem por aí, mas pelas limitações legais".

O discurso do Presidente foi precedido pela fala do ministro da Justiça, Nelson Jobim que, contundente, afirmou: "O Brasil tem necessidade de dar um basta nos atos contra os direitos humanos". Em nome da sociedade, manifestou-se o professor Paulo Sérgio Pinheiro, da Universidade de São Paulo, que destacou a importância de o Governo ter assumido a promoção dos direitos humanos e o reconhecimento dos desaparecidos políticos.



Ermelina (curvada) recebeu de Fernando Henrique R\$ 100 mil como indenização pelo desaparecimento do filho na guerrilha do Araguaia